



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

ATA N.º 03/2026

RELATIVA À PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE, REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS, CORRESPONDENTE AO NOVO MANDATO DE 2025-2029

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, realizou-se a primeira sessão ordinária, do corrente ano, da Assembleia Municipal de Benavente, convocada nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 30.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, relativa ao quadriénio de dois mil e vinte e cinco a dois mil e vinte e nove, com a seguinte **Ordem do Dia**:

PONTO 1 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ALARGADA DA CPCJ-COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE BENAVENTE - PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DE 4 CIDADÃOS ELEITORES – Nos termos da alínea l) do n.º 1 do artigo 17.º do anexo à Lei n.º 147/99, de 1/9;

PONTO 2 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DOS MAPAS DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA E DOMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL DE 2025– Apreciação e eventual aprovação, nos termos do disposto no artigo 124.º da Lei do Orçamento de Estado para 2026 (Lei n.º 73.º-A/2025, de 30 de dezembro), em conjugação com a alínea k) do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/9, na redação vigente;

PONTO 3 – 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2026 – Discussão e eventual aprovação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/9, na redação vigente;

PONTO 4 – INFORMAÇÃO A PRESTAR NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MESMO EFEITO – A conhecimento;

PONTO 5 – ACOMPANHAMENTO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL – Apreciação de uma informação escrita da Sra. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/9, na redação vigente.

Verificou-se a presença dos seguintes eleitos: - Luís Miguel Neves Feitor, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Benavente, Cristina Maria de Carvalho Borges da Silva Branco, Primeira Secretária da Mesa, Armando Batista de Almeida, Segundo Secretário da Mesa, Rui Carlos Carvalho Feijoca, Daniel Alexandre Custódio Manuel, Ivete Belo Mateus, Presidente da Junta de Freguesia de Benavente, Jorge Manuel da Silva Paiva, Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia e Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão, todos em representação do PPD/PSD; - José Frederico Abecassis Dotti, Catarina Correia Mestre, Cristina Isabel Gonçalves Vicente Brandão, Bruno Manuel Soares Nepomuceno, Paula Cristina da Costa Abrantes Almeida e Augusto Alves Marques, todos em representação do CHEGA; - António Paulo Ramos dos Reis, Rogério da Silva Justino, Joaquim José Pereira Madruga, Joaquim Correia Castanheiro e Nelson José Pedro Lúcio, Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa, todos em representação da CDU; - André Filipe Martins Porto, Marta Isabel Salsinha Rita e Carlos Luís Lopes Henriques, em representação do PS.

Justificaram as ausências os eleitos Miguel de Oliveira Gonçalves, do Grupo Municipal do PSD, que foi substituído por Paulo Jorge Cardoso das Neves e Inês Alexandra David da Silva Bastos, representante única do CDS/PP, que foi substituída por Pedro Miguel Faria Gonçalves.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

A Câmara Municipal de Benavente fez-se representar pela sua Presidente, Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino, do PPD/PSD, estando ainda presentes os srs. Vereadores Paulo Sérgio Correia Abreu, igualmente, do PPD/PSD, Frederico Jorge de Barros Pereira Antunes e Paulo Alexandre Fonseca Cardoso, ambos em representação do CHEGA, Hélio Manuel Faria Justino, em representação da CDU e Pedro Alexandre Santos Gameiro, em representação do PS.

Constatada a existência de quórum, o sr. **Presidente da Assembleia Municipal de Benavente** declarou aberta a sessão pelas vinte horas e trinta e dois minutos, com a presença de vinte e quatro eleitos, tendo dado nota que o eleito José Dotti e a sra. Vereadora Catarina Vale tinham comunicado previamente que chegariam um pouco mais tarde à sessão. Saudou todos os presentes, a sra. Presidente da Câmara Municipal, os srs. Vereadores, os srs. membros da Assembleia Municipal, os funcionários da autarquia, representantes da comunicação social, assim como todos os que acompanhavam a emissão através das plataformas digitais.

Elencou a documentação enviada previamente aos eleitos, designadamente, deliberações da Câmara Municipal, referentes aos pontos 2 e 3 da Ordem do Dia, projetos de quatro atas, três propostas para apreciação e votação no período de antes da ordem do dia: uma moção do Grupo Municipal da CDU, um voto de louvor do Grupo Municipal do Chega e um voto de saudação dos Grupos Municipais do PSD e do CDS/PP, assim como uma proposta da Mesa da Assembleia Municipal para designação de 4 cidadãos eleitores para integrem a Comissão Alargada da CPCJ de Benavente.

O sr. **Presidente da Assembleia Municipal** iniciou os trabalhos da sessão com o PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA, começando com a **APRESENTAÇÃO, APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTAS DE DOCUMENTOS:**

Mencionou as três propostas de documentos para apreciação e votação do plenário, identificadas por:

Documento 1 - Moção Pela Defesa dos Direitos dos Trabalhadores, contra o Pacote Laboral, da iniciativa do Grupo Municipal da CDU:

Deu a palavra ao eleito **Rogério Justino**, que procedeu à sua leitura.

Condenou o pacote de alterações à legislação laboral, proposto pelo Governo PSD/CDS. Referiu que as propostas configuravam, no entendimento do seu Grupo Municipal, um ataque aos direitos fundamentais dos trabalhadores, promovendo precariedade, facilitando, promovendo precariedade, facilitando despedimentos, desregulando horários, fragilizando direitos de parentalidade e atacando a contratação coletiva e o direito à greve. Sustentou que tais medidas representavam um retrocesso social e contrariavam princípios constitucionais, propondo que a Assembleia Municipal condenasse o pacote legislativo, manifestasse solidariedade com os trabalhadores e apelasse à sua retirada.

Aberto o debate, o eleito **Pedro Gonçalves**, do Grupo Municipal do CDS-PP, interveio para informar que os Grupos Municipais do CDS-PP e do PSD votariam contra a Moção. Considerou que o processo legislativo se encontrava ainda em fase de concertação social, inexistindo diploma final que justificasse uma posição condenatória. Entendeu que a Assembleia Municipal não deveria antecipar debates próprios da Assembleia da República, nem instrumentalizar o órgão para declarações de natureza partidária. Defendeu que as matérias laborais deveriam ser tratadas no âmbito do diálogo institucional próprio e que a Moção assentava em juízos prematuros e politicamente enviesados.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

O eleito Jorge Paiva, do Grupo Municipal do PSD e Presidente da Junta da Freguesia de Samora Correia, considerou que a Moção tinha o destinatário errado, defendendo que a defesa dos trabalhadores se fazia através da melhoria efetiva das suas condições laborais, valorização profissional, adequadas condições nos estaleiros municipais, renovação de equipamentos, formação e garantia de meios de segurança. Entendeu que tais matérias deveriam ser prioritárias e acusou a CDU de incoerência na prática da defesa dos trabalhadores.

O eleito Paulo Reis, do Grupo Municipal da CDU, respondeu às intervenções anteriores, afirmando que não existia impedimento à tomada de posição política da Assembleia Municipal sobre matérias de relevância nacional, com impacto social. Sustentou que o Governo não tinha legitimado eleitoralmente o referido pacote laboral e que o mesmo representava uma tentativa de desvalorização dos direitos laborais, designadamente ao nível da formação obrigatória e da flexibilização de horários. Reiterou que a Moção visava a defesa dos trabalhadores, das carreiras e do direito a uma vida digna.

Não havendo mais intervenções, a Moção foi sujeita a votação, tendo sido **rejeitada**, com dez votos contra, sendo nove do PSD e um do CDS, cinco abstenções do CHEGA e nove votos a favor, sendo seis da CDU e três do PS. No momento da votação, o eleito José Dotti, do Grupo Municipal do CHEGA, não tinha dado entrada, ainda, na sessão.

O eleito Bruno Nepomuceno, do Grupo Municipal do Chega, apresentou **declaração de voto oral**, referindo que entendia não competir à Assembleia Municipal pronunciar-se sobre matérias da competência da Assembleia da República. Alegou que a Moção teria sido apresentada sem tempo suficiente para análise aprofundada e considerou tratar-se de uma instrumentalização política por parte da CDU.

No momento, às vinte horas e cinquenta e quatro minutos, deu entrada na sessão o eleito José Dotti, do Grupo Municipal do CHEGA, ficando o plenário completo com vinte e cinco eleitos.

Documento 2 - Voto de Louvor, da iniciativa do Grupo Municipal do CHEGA:

A eleita Cristina Brandão, do Grupo Municipal do Chega, procedeu à leitura do documento, que se transcreve na íntegra:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Senhoras e Senhores,

O Grupo Municipal do CHEGA vem hoje a esta Assembleia apresentar uma intervenção de louvor e reconhecimento público a todos aqueles que, com coragem, sentido de missão e espírito de solidariedade, estiveram na linha da frente durante as cheias provocadas pela tempestade que assolou o nosso Município de Benavente.

Num dos momentos mais exigentes que a nossa comunidade enfrentou nos últimos anos, foi possível testemunhar o melhor do nosso concelho: homens e mulheres que, independentemente das horas, das dificuldades e dos riscos, colocaram a segurança dos outros acima do seu próprio conforto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Dirigimos, em primeiro lugar, um profundo agradecimento aos **Bombeiros Voluntários de Samora Correia e aos Bombeiros Voluntários de Benavente**. A sua prontidão, profissionalismo e coragem foram determinantes no socorro às populações, na proteção de bens e na minimização dos danos provocados pela força das águas. São, uma vez mais, exemplo maior de dedicação à causa pública.

Uma palavra igualmente sentida para a **Proteção Civil de Benavente**, cuja coordenação e capacidade de resposta demonstraram a importância de uma estrutura preparada, organizada e próxima das pessoas.

Não podemos deixar de destacar também o papel essencial da **Guarda Nacional Republicana**, que assegurou a ordem pública, o condicionamento e corte de vias, a proteção de pessoas e bens e o apoio às operações no terreno. A sua presença foi determinante para garantir segurança, estabilidade e apoio às populações nos momentos mais críticos.

Queremos igualmente reconhecer o papel fundamental das **associações locais e de todos os cidadãos anónimos** que, de forma voluntária e solidária, prestaram apoio logístico, distribuíram bens essenciais e nunca viraram a cara à dificuldade. São o rosto humano de um concelho unido.

É igualmente justo destacar a colaboração da **Companhia das Lezírias**, cuja disponibilidade de meios e apoio operacional foram decisivos em momentos críticos, demonstrando um forte compromisso com a comunidade onde está inserida.

Não podemos deixar de saudar os **autarcas envolvidos, Presidentes de Junta, Vereadores e a Senhora Presidente da Câmara** que acompanharam no terreno as operações, articularam meios e deram a cara perante a população num período de grande apreensão. Em tempos de crise, a proximidade e a liderança fazem a diferença.

Senhoras e Senhores,

As cheias trouxeram prejuízos, dificuldades e momentos de angústia. Mas trouxeram também uma demonstração clara de que, quando o concelho é posto à prova, sabemos estar à altura.

O Grupo Municipal do CHEGA considera que este esforço coletivo merece mais do que palavras ocasionais. Merece o reconhecimento formal desta Assembleia, enquanto órgão representativo da vontade popular.

Assim, propomos que fique registado em ata um voto de louvor a todas as entidades e cidadãos aqui mencionados, como forma de reconhecimento público pelo trabalho, dedicação e espírito de missão demonstrados durante a tempestade que atingiu o Município de Benavente.

Que este exemplo de união, coragem e serviço público seja inspiração para o futuro.

Muito obrigado.

Bancada do Partido CHEGA

Cristina Brandão.™



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Inscreeveu-se para a discussão do documento, o eleito **Ricardo Oliveira**, do Grupo Municipal do PSD. Referiu que o Grupo Municipal do PSD se associava ao voto de louvor apresentado, sublinhando igualmente o **papel determinante dos funcionários das autarquias**, que considerou terem estado na linha da frente durante as ocorrências provocadas pelas recentes tempestades. Destacou o trabalho preventivo realizado antes da tempestade "Kristin", nomeadamente a preparação de meios e equipamentos, e enfatizou que muitos trabalhadores iniciaram intervenções no terreno desde as primeiras horas da madrugada, assumindo riscos pessoais em prol da comunidade. Referiu, ainda, a importância do reforço de meios da proteção civil, mencionando a necessidade de equipamentos adequados, como sistemas de comunicação, e salientando o contributo da Junta de Freguesia de Samora Correia no apoio às operações.

Submetido a votação, o voto de louvor foi **aprovado por unanimidade**, ficando formalizado em ata, em consonância com a intenção manifestada nesse sentido.

Documento 3 – Voto de Saudação, da iniciativa dos Grupos Municipais do PSD e do CDS-PP:

O eleito **Rui Feijoca**, em representação dos dois Grupos Municipais, procedeu à sua leitura. Enquadrou o voto de saudação no contexto das tempestades que afetaram o país e particularmente o concelho de Benavente. Referiu que os fenómenos meteorológicos extremos colocaram à prova a capacidade de resposta das instituições locais e da comunidade, destacando o desempenho do Serviço Municipal de Proteção Civil, dos Bombeiros Voluntários de Benavente e de Samora Correia, da Guarda Nacional Republicana e dos funcionários das autarquias. Sublinhou ainda o papel da Senhora Presidente da Câmara Municipal, Sónia Ferreira, na coordenação das operações, bem como o contributo das empresas responsáveis pelas redes de fornecimento de energia, de comunicações e de abastecimento de água. Destacou, também, o comportamento responsável da população, que colaborou com as autoridades e respeitou as orientações emitidas.

Não havendo inscrições para intervir, o voto de saudação foi submetido a votação e **aprovado por unanimidade**, constituindo o **anexo número um** à presente ata, da qual faz parte integrante.

O eleito **André Porto**, do Grupo Municipal do PS apresentou uma **declaração de voto oral**. Referiu que o Partido Socialista optara por não apresentar voto próprio, por entender que o momento exigia união e não protagonismos. Declarou que o PS acompanhou favoravelmente os votos apresentados, por respeito e gratidão aos profissionais e cidadãos envolvidos nas operações de socorro e apoio. Salientou, contudo, que a superação dos efeitos das tempestades exigia planeamento, investimento e prevenção.

Relativamente à Moção apresentada pela CDU sobre o **pacote laboral**, informou que o PS votara favoravelmente, por considerar essencial a defesa da dignidade e estabilidade dos trabalhadores, entendendo que a valorização do trabalho constituía um princípio estruturante de justiça social e desenvolvimento sustentável.

Seguiu-se o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, para o qual se registou a inscrição dos seguintes cidadãos: **Fazal Ahmad**, residente na localidade da Pontinha, concelho de Odivelas; **Marisa Sousa**, residente em Samora Correia e **Francisco Ambrósio**, residente em Porto Alto.

O cidadão **Fazal Ahmad**, em representação da Associação Ahmadiya do Islão em Portugal, esclareceu a intenção da comunidade relativamente ao terreno adquirido em Samora Correia em 2025. Referiu que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

projeto previa a **construção de um centro comunitário aberto à população**, integrando espaços administrativos, sala de reuniões, biblioteca, cozinha, refeitório, área desportiva e espaço de culto. Sublinhou que o centro teria uma vocação comunitária e de serviço público, assente em valores de paz, fraternidade e solidariedade. Destacou que a comunidade Ahmadia defendia princípios de tolerância, rejeição da violência e apoio humanitário, mencionando ações sociais desenvolvidas, inclusive no concelho, através da organização Humanity First.

A cidadã **Marisa Sousa** iniciou a sua intervenção agradecendo o empenho de todos os envolvidos nas operações relacionadas com as tempestades e cheias que afetaram o concelho. De seguida, chamou a atenção para o **agravamento do estado de degradação das estradas municipais**, referindo que os recentes fenómenos meteorológicos intensificaram danos já existentes, podendo constituir risco para condutores e prejudicar a imagem do concelho. Questionou o Executivo Municipal sobre a existência de levantamento técnico atualizado dos danos, eventual plano de recuperação, definição de prioridades de intervenção e possibilidade de candidatura a apoios para fazer face aos prejuízos causados.

O cidadão **Francisco Ambrósio** começou por associar-se aos agradecimentos dirigidos às forças de segurança, socorro, autarcas e funcionários, reconhecendo o esforço coletivo durante as tempestades. Sugeriu que a autarquia, em articulação com as juntas de freguesia, criasse **rotas de evacuação e zonas de segurança devidamente sinalizadas**, tendo em conta riscos de cheias e sismos, defendendo maior preparação preventiva em caso de catástrofe.

Referiu ainda a importância da **reativação do Conselho Municipal de Juventude**, considerando-o um órgão fundamental para a participação cívica dos jovens e para a formulação de políticas municipais de juventude. Por fim, lamentou a ausência de referência pública aos alunos do concelho eleitos para a sessão distrital do Parlamento dos Jovens, defendendo o reconhecimento institucional do seu mérito e participação democrática.

O sr. **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra, a título excecional, ao cidadão **Nelson Lopes**, que referiu questões relacionadas com o procedimento de inscrição para intervenção no período do público, sugerindo que o processo pudesse ser ajustado para maior comodidade dos cidadãos e invocando o disposto no Regimento quanto ao momento de inscrição, que considerou excessivamente restritiva, entendendo que tal não contribuía para o regular funcionamento democrático.

Colocou, de seguida, diversas questões à sra. Presidente da Câmara Municipal, designadamente:

- Solicitou esclarecimentos quanto a eventuais **negociações para integração de vereadores da oposição no Executivo Municipal**, questionando se existia intenção de formalizar entendimentos políticos nesse sentido;
- Questionou se tinham sido realizadas inspeções técnicas, nomeadamente pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil ou pela Infraestruturas de Portugal, aos pilares da denominada **Ponte da Várzea**, após os episódios de cheia, e se os respetivos relatórios poderiam ser tornados públicos;
- Alertou igualmente para a situação da **ponte no Porto Alto**, defendendo que deveria ser alvo de avaliação técnica preventiva;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

- Solicitou informação sobre o processo de **desvio do trânsito pesado da Estrada Nacional 118**, tendo em conta alterações recentes de enquadramento quanto à desclassificação de troços rodoviários;
- Questionou o ponto de situação da **candidatura referente à Escola Secundária de Samora Correia**;
- Por fim, manifestou preocupação quanto à **deposição de resíduos na zona da Coutada Velha, em Benavente**, referindo a existência de materiais que considerava indevidos e solicitando esclarecimentos sobre a atuação municipal.

Antes de dar a palavra à sra. Presidente da Câmara, o sr. **Presidente da Assembleia Municipal** transmitiu que o Regimento prevê que os elementos do público interessados em intervir deverão inscrever-se antecipadamente, uma vez que compete à Mesa da Assembleia Municipal dirigir os trabalhos, assim como planejar o número de intervenções e a distribuição de tempos.

Seguiu-se um período de respostas por parte da Sra. Presidente da Câmara Municipal às questões que lhe foram suscitadas:

Relativamente ao **estado das estradas municipais**, reconheceu que já existiam situações de degradação anteriores às intempéries, mas que os recentes fenómenos meteorológicos agravaram significativamente os danos. Informou que os serviços municipais estavam a proceder a intervenções provisórias para garantir condições mínimas de segurança, prevendo-se que as reparações estruturais exijam várias semanas. Indicou ainda que os danos apurados foram comunicados à CCDR-LVT.

Quanto às questões de **proteção civil e evacuação**, referiu que o Município promove regularmente o exercício "Terra-Treme", envolvendo escolas, empresas e entidades locais, tendo recentemente mobilizado milhares de participantes e testado dezenas de planos de emergência. Informou que existem planos de evacuação nas freguesias e que é reforçada junto da população a importância da preparação individual para emergências.

No que respeita à **eventual integração de vereadores da oposição no Executivo**, afirmou que, caso viesse a existir alguma decisão nesse sentido, seria comunicada oportunamente aos munícipes.

Relativamente ao **encerramento temporário da Estrada Nacional 118 na zona da Várzea**, esclareceu que a decisão de fecho foi tomada por razões de segurança, devido à inundaçãõ, sendo a reabertura competência da Infraestruturas de Portugal, após vistoria técnica e parecer da GNR. Informou que se encontrava agendada reunião com aquela entidade para abordar esta e outras matérias, incluindo o processo de desclassificação e soluções de desvio de trânsito pesado. Reportou um protocolo com a IP que tinha sido aprovado pelo Executivo anterior em agosto de 2013, sem que tivesse sido sequer assinado, desde então.

Sobre a **Escola Secundária de Samora Correia**, declarou que, à data da tomada de funções do atual Executivo, não existia projeto pronto a submeter a candidatura, encontrando-se o mesmo atualmente em fase de concurso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Quanto à **questão dos resíduos sólidos e da zona da Coutada Velha**, reconheceu que se tratava de um processo herdado, estando a autarquia a acompanhar a situação e a desenvolver melhorias no sistema de recolha, incluindo investimento em novos veículos e reorganização de turnos.

Terminado o PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, deu-se continuidade ao PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA, com a APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS:

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início à apreciação e votação de quatro projetos de ata, distribuídos oportunamente a todos os membros da Assembleia Municipal, razão por que foi dispensada a sua leitura, nos termos do n.º 4 do Decreto-Lei número 45362, de 21/11/1963.

Não houve pronunciamento em relação a cada um dos projetos de ata, pelo que se avançou para a sua votação, de forma individual:

- **Projeto de Ata n.º 1/2025**, referente à sessão extraordinária de três de dezembro de dois mil e vinte e cinco – submetido a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade;

- **Projeto de Ata n.º 2/2025**, referente à sessão ordinária de dezassete de dezembro de dois mil e vinte e cinco – submetido a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade;

- **Projeto de Ata n.º 1/2026**, referente à sessão extraordinária de treze de janeiro de dois mil e vinte e seis – submetido a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade;

- **Projeto de Ata n.º 2/2026**, referente à sessão extraordinária de vinte e nove de janeiro de dois mil e vinte e seis – submetido a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

- **MENÇÃO À CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA**, informou que a mesma se encontrava à disposição de quem a pretendesse consultar.

- **APRECIÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE LOCAL, COM A INTERVENÇÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS:**

O eleito **Carlos Henrique**, do Grupo Municipal do Partido Socialista, usou da palavra para reagir a intervenções ocorridas na sessão anterior, referindo que os autarcas do PS tinham sido alvo de **acusações** que considerou desrespeitosas e desproporcionadas por parte do eleito **Ricardo Oliveira**. Defendeu que a proposta relativa à redução de receita de IRS municipal representou um alívio fiscal para os contribuintes, e não uma perda injustificada para o Município. Contestou igualmente acusações de divisionismo territorial, afirmando que as questões colocadas pelo PS visavam garantir equidade na distribuição de investimentos e responder às necessidades do concelho no seu todo. Criticou ainda o que considerou ser uma postura pouco humilde e excessivamente triunfalista por parte do referido eleito.

A eleita **Marta Salsinha**, também, do Grupo Municipal do PS, interveio, tendo-lhe sido concedido, a título excecional, um minuto adicional de tempo. Afirmou que todos os membros da Assembleia Municipal foram eleitos para representar a população e considerou que, na sessão extraordinária de 29 de janeiro passado, os eleitos socialistas teriam sido alvo de uma **tentativa de humilhação e descredibilização**. Declarou que as suas intervenções não continham inverdades, mas que as suas palavras teriam sido deturpadas, sendo-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

lhes dirigidas acusações que classificou como graves, nomeadamente a de promover rivalidades entre populações.

Sustentou que a postura adotada pelo eleito Ricardo Oliveira ultrapassaria a ofensa pessoal, enquadrando-a num estilo político assente no uso do escárnio para descredibilizar adversários. Defendeu que tal conduta constituía um mau exemplo para os cidadãos, em especial para os mais jovens, e poderia configurar uma forma de intimidação da oposição. Referiu que o respeito pela dignidade e pela honra dos eleitos deveria prevalecer, independentemente da dimensão das bancadas, sublinhando que o Partido Socialista representava toda a população do concelho. Terminou reiterando a exigência de respeito institucional.

Seguidamente, usou da palavra o eleito **Nelson Lúcio**, do Grupo Municipal da COU, que começou por cumprimentar os presentes e manifestou preocupação quanto à **articulação entre a Junta de Freguesia da Barrosa e a Câmara Municipal de Benavente**. Informou que as reuniões entre a sra. Presidente da Câmara e os Presidentes de Junta estariam a ser agendadas em horário laboral, o que inviabilizaria a sua participação regular, dado exercer atividade profissional fora das funções autárquicas. Indicou que já teria sugerido a realização dessas reuniões em horário pós-laboral, proposta que não teria sido acolhida.

Acrescentou ter solicitado uma reunião bilateral para tratar de assuntos específicos da freguesia, a qual não chegou a ser agendada. Referiu ainda que algumas intervenções municipais na freguesia, como a **arborização do Parque de Lazer no Vale da Asseiceira**, teriam ocorrido sem articulação prévia com a Junta, considerando tal situação uma oportunidade perdida de cooperação. Reafirmou disponibilidade para colaborar institucionalmente, independentemente das forças políticas envolvidas, apelando ao reforço da comunicação e à adaptação dos horários de reunião, em prol do serviço às populações.

Tomou depois a palavra a eleita **Paula Almeida**, do Grupo Municipal do CHEGA, que abordou a notícia relativa ao **eventual encerramento do serviço de urgência de obstetrícia do Hospital de Vila Franca de Xira**, o qual serve também a população do Município de Benavente. Considerou que, a confirmar-se tal decisão, os utentes passariam a recorrer ao Hospital Beatriz Ângelo, em Loures, agravando o acesso aos cuidados de saúde. Questionou a Sra. Presidente da Câmara sobre as diligências já efetuadas ou previstas, individualmente ou em articulação com outros Municípios, junto do Governo e da Ministra da Saúde, no sentido de impedir essa medida.

De seguida, o eleito **José Dotti**, igualmente do Grupo Municipal do CHEGA, referiu-se às recentes cheias no concelho de Benavente, que afetaram áreas agrícolas, acessos rurais e zonas habitacionais. Sustentou que tais fenómenos tenderão a tornar-se mais frequentes e imprevisíveis, num território fortemente marcado pela influência do rio Tejo, do Almansor e do Sorraia. Considerou que a informação existente sobre o comportamento hidrológico estaria dispersa e defendeu a elaboração de um **relatório municipal de recursos hídricos**, com carácter técnico e estruturado.

Indicou que esse documento deveria mapear linhas de drenagem, identificar estrangulamentos hidráulicos e avaliar cotas de inundação, permitindo planejar intervenções preventivas, reduzir custos de emergência e reforçar a segurança de populações e explorações agrícolas. Concluiu que o objetivo não seria combater a água, mas geri-la com base em conhecimento técnico atualizado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

O eleito **Pedro Gonçalves**, do Grupo Municipal do CDS-PP, salientou a **importância do conhecimento e cumprimento do Regimento da Assembleia Municipal**. Considerou que os eleitos deveriam utilizar os mecanismos regimentais previstos, nomeadamente a defesa da honra, sempre que se sentissem ofendidos, ao invés de prolongarem debates em sessões posteriores. Apelou a todos os deputados municipais para que estudassem o Regimento, sublinhando que tal constitui um dever básico do exercício do mandato.

Por fim, usou da palavra o eleito **Ricardo Oliveira**, do Grupo Municipal do PSD, que começou por afirmar que não tencionava intervir, mas que o fazia em **resposta às intervenções do Partido Socialista**. Defendeu que a Assembleia Municipal é um órgão político onde se realiza debate político e que as suas intervenções se centraram sempre em apreciações políticas, e não pessoais. Reconheceu que a forma de expressão pode ser interpretada de modo diverso pelos interlocutores, mas reiterou que o seu objetivo fora enquadrar politicamente as questões suscitadas.

Relativamente à redução da participação variável do IRS, afirmou tratar-se de um facto objetivo que implicou menos um milhão de euros no orçamento municipal, defendendo que tal decisão condiciona a capacidade de investimento da Câmara. Questionou se os munícipes prefeririam uma redução fiscal ou a realização de obras e melhorias em infraestruturas, sustentando que a posição do Partido Socialista seria contraditória ao exigir mais investimento enquanto promove a diminuição de receita.

Concluiu apelando à recenração do debate nos problemas do concelho de Benavente, sublinhando que o confronto político faz parte da vida democrática, mas que deve manter-se no plano das políticas públicas, com respeito institucional entre todos os eleitos.

Registou-se, no momento, pelas vinte e duas horas e vinte minutos, a entrada na sessão da sra. Vereadora Catarina Vale, representante da CDU.

Na sequência, a eleita **Marta Salsinha** solicitou uma **interpelação à Mesa para defesa da honra**. Após breve troca de intervenções sobre a aplicação do Regimento, foi concedida a palavra ao eleito **Paulo Reis**, que tinha pedido previamente a palavra.

O eleito **Paulo Reis**, do Grupo Municipal da CDU, referiu que pretendia obter esclarecimentos adicionais. Retomou a questão do eventual encerramento da **urgência de obstetrícia no Hospital de Vila Franca de Xira**, salientando que, mais do que o caso concreto, estaria em causa a **perceção de afastamento do direito constitucional à saúde por parte das populações**. Questionou a Senhora Presidente da Câmara sobre a sua posição relativamente a esta matéria e associou a preocupação à falta de médicos nos centros de saúde do concelho.

Solicitou igualmente esclarecimentos sobre o pedido de **isenção de portagens** nas autoestradas que servem o concelho, apresentado pela Câmara ao Governo na sequência das intempéries, perguntando qual teria sido a fundamentação para o eventual tratamento diferenciado dos munícipes de Benavente face a outros concelhos afetados.

Por fim, questionou a decisão de não realizar o **Festival do Arroz**, referindo que o evento teria sido alvo de críticas no mandato anterior e que, segundo informação disponível, surgiria futuramente com nova



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

designação. Pretendeu conhecer os fundamentos que presidiram ao adiamento ou cancelamento do evento no presente ano.

Foi então concedida a palavra à **eleita Marta Salsinha** para **defesa da honra**. A eleita agradeceu o tom adotado pelo eleito Ricardo Oliveira na intervenção então produzida, mas considerou que a sessão anterior deveria ser revista para se aferir o conteúdo e o modo das declarações então proferidas. Reiterou que as intervenções do Partido Socialista não consubstanciaram exigências desproporcionadas, mas sim referências a matérias que consideravam carecer de tratamento. Acrescentou que o Partido Socialista fora o único partido da oposição a votar favoravelmente a Mesa da Assembleia Municipal, sem contrapartidas, entendendo que tal demonstrava uma postura construtiva e não divisionista.

O eleito **Paulo Reis**, do Grupo Municipal da CDU, pediu novamente a palavra para complementar a sua intervenção anterior. Considerou que o debate estaria a perder-se em questões políticas laterais, defendendo que a CDU manteria uma postura séria e de trabalho. Recordou que, ao longo dos mandatos em que governou o concelho, a CDU construiu obra maioritariamente com base em maiorias democráticas, mas também com contributos das oposições. Manifestou orgulho pelo percurso e pelo legado deixado no concelho, afirmando que o argumento da "*herança pesada*" tenderia a perder força com o decurso do tempo. Sublinhou que à oposição cabe fiscalizar e exigir o cumprimento dos compromissos assumidos, reiterando a disponibilidade da CDU para contribuir para um concelho melhor, com respeito institucional.

De seguida, foi dada a palavra à sra. Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas:

A **sra. Presidente** começou por abordar a questão da **urgência de obstetrícia**, informando que, segundo declarações públicas da Ministra da Saúde e informações recolhidas em reunião na Unidade Local de Saúde, não estaria previsto o encerramento do serviço, mas antes a implementação de urgências externas de âmbito regional, incluindo na ULS-Unidade Local de Saúde de Vila Franca de Xira e na ULS Beatriz Ângelo. Acrescentou que já teriam sido contratados três obstetras para reforço do serviço, encontrando-se o plano em curso, previsto iniciar em março próximo.

Relativamente às questões colocadas pelo eleito **José Dotti** sobre **recursos hídricos e cheias**, considerou pertinente a elaboração de instrumentos técnicos de planeamento hidráulico, salientando que o concelho sempre conviveu com cheias, mas que as novas tecnologias devem ser colocadas ao serviço da prevenção. Informou que a Câmara estabelecera contactos com a Agência Portuguesa do Ambiente, aguardando agendamento de reunião para tratar desse e de outros assuntos.

Quanto às **questões levantadas pelo sr. Presidente da Junta da Barrosa**, esclareceu que as reuniões com os Presidentes de Junta foram agendadas em diversos horários e que, durante o período de intempéries, realizaram-se reuniões diárias da Proteção Civil, incluindo fins de semana e feriados, tendo sido disponibilizada informação através de grupo próprio e via sistema SIRESP. Referiu que o sr. Vice-Presidente efetuara deslocações à freguesia e que a Câmara não deixara de acompanhar a Barrosa. Esclareceu ainda que determinadas intervenções, como no **Vale da Asseiceira**, se enquadrariam na gestão direta da Câmara, enquanto outras competências transferidas às Juntas deveriam ser asseguradas por estas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Informou igualmente que, através de despacho governamental recente, emitido em 24 de fevereiro, o **Município de Benavente** fora incluído no conjunto de Municípios abrangidos por medidas de apoio na **sequência das cheias**, encontrando-se a Câmara a preparar candidaturas e a identificar danos, em articulação com a CCDR-LVT.

A **sra. Presidente da Câmara** descreveu, ainda, o **impacto das tempestades no concelho**, referindo situações de inundações, estradas cortadas e necessidade de apoio direto a munícipes na retirada de bens das habitações. Sublinhou as dificuldades operacionais sentidas, designadamente a inexistência de gerador na Câmara Municipal, o que condicionou o acesso a servidores e comunicações.

No que respeita ao **Festival do Arroz**, confirmou que o evento não se realizaria no corrente ano, justificando a decisão com a necessidade de equilíbrio financeiro e de reafecção de verbas a áreas consideradas prioritárias, como a Proteção Civil, a aquisição de geradores para a Câmara Municipal e juntas de freguesia, a habitação, a reabilitação de coberturas de edifícios municipais e intervenções em escolas e equipamentos. Indicou que o evento regressaria em 2027 com nova designação e modelo, alinhado com o projeto do atual Executivo.

Por fim, o **eleito Paulo Reis** interveio para lembrar que a Sra. Presidente não tinha respondido à questão relativa à **isenção das portagens**.

Na sequência, o **eleito Ricardo Oliveira** pediu uma **interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos**. Recordou que a questão dos tempos tinha ficado consensualizada em sede de Conferência de Representantes e que se estaria a ultrapassar o tempo das intervenções com a benevolência da Mesa da Assembleia Municipal, contrariando aquilo que tinha ficado acertado. Pediu que fosse respeitada a respetiva grelha de tempos.

O **eleito Paulo Reis** reiterou que apenas pretendia obter esclarecimento objetivo sobre os fundamentos apresentados pelo Governo, sublinhando que a sua intervenção se enquadrara no tempo de que dispunha e que se limitara a recordar uma questão não respondida. Manifestou discordância quanto à interpretação feita pelo eleito Ricardo Oliveira sobre o cumprimento dos tempos, defendendo que não se tratara de nova intervenção, mas de pedido de esclarecimento.

A **sra. Presidente da Câmara** esclareceu então que, apesar de partilhar a mesma área política do Governo, tal não implicaria concordância automática com todas as decisões. Informou que endereçara pedidos formais de **isenção de portagens** a vários membros do Governo, defendendo os interesses da população do concelho. Referiu que a concessão de isenções noutros territórios se devera à inexistência de alternativas viárias, situação que, no caso de Benavente, não se verificara da mesma forma. Sublinhou, contudo, que o Município fora posteriormente incluído no despacho governamental que alargou os apoios aos concelhos afetados pelas cheias, permitindo o **acesso a linhas de financiamento para reparação de danos**, tendo ficado registado que prestaria esclarecimento adicional sobre os fundamentos apresentados pelo Governo relativamente ao tratamento aplicado ao Município de Benavente.

Concluídas as intervenções, passou-se ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

PONTO 1 - COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ALARGADA DA CPCJ-COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE BENAVENTE - PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DE 4 CIDADÃOS ELEITORES - Nos termos da alínea l) do n.º 1 do artigo 17.º do anexo à Lei n.º 147/99, de 1/9:

O sr. Presidente da Assembleia Municipal transmitiu que tinha sido apresentada uma lista única, designada por "Lista A" por parte da Mesa da Assembleia Municipal, resultante de proposta da Segunda Comissão Específica da Assembleia Municipal e consensualizada em Conferência de Representantes, constituída pelos seguintes elementos: Ana Paula Oliveira (AD), Ana Sofia Pederneira (CDU), André Porto (PS) e Cátia Colaço (CHEGA). Procedeu-se à votação por escrutínio secreto.

Após a contagem dos votos, que contou com a colaboração de um elemento de cada Grupo Municipal representado, apurou-se o seguinte resultado: 25 (vinte e cinco) votos a favor da Lista A, tendo sido deliberado designar os cidadãos Ana Paula Oliveira, em representação do PPD/CDS, Cátia Colaço, em representação do CHEGA, Ana Sofia Pederneira, em representação da CDU e André Porto, em representação do PS, para integrarem a Comissão Alargada da CPCJ-Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Benavente.

PONTO 2 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DOS MAPAS DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA E DOMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL DE 2025- Apreciação e eventual aprovação, nos termos do disposto no artigo 124.º da Lei do Orçamento de Estado para 2026 (Lei n.º 73.º-A/2025, de 30 de dezembro), em conjugação com a alínea k) do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/9, na redação vigente:

A sra. Presidente da Câmara Municipal apresentou o ponto, informando que a situação financeira do Município se revelava estável, com saldo positivo entre entradas e saídas do ano de 2025, apurando-se um saldo de gerência no montante de 8.667.153,35€ (oito milhões seiscentos e sessenta e sete mil cento e cinquenta e três euros e trinta e cinco cêntimos), a integrar na primeira revisão orçamental.

Não se tendo registado intervenções, o Ponto 2 foi submetido a votação, tendo sido deliberado aprovar por unanimidade os MAPAS DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA E DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL DE 2025.

PONTO 3 - 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2026 - Discussão e eventual aprovação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/9, na redação vigente:

No uso da palavra para contextualizar a matéria respeitante ao Ponto, a sra. Presidente da Câmara Municipal explicou que o saldo de gerência seria distribuído por rubricas inicialmente não dotadas ou insuficientemente dotadas. Sublinhou que o documento tinha sido previamente consensualizado entre toda a Vereação. Indicou reforços em áreas como revisões de preço de empreitadas, recolha de resíduos, aquisição de viaturas operacionais, equipamentos e software informático. Destacou, em especial, o reforço de 400.000 euros para estradas e caminhos, 400.000 euros para habitação, distribuídos por aquisição, reabilitação e construção, 50.000 euros para Proteção Civil, 200.000 euros para reparação de coberturas em edifícios municipais, atualização de encargos com limpezas nos centros de saúde e a abertura de uma rubrica no valor de 17.000 euros para o projeto de reabilitação do Celeiro dos Arcos, em Benavente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Aberto o debate, o **eleito Paulo Reis**, do Grupo Municipal da CDU, declarou que, à semelhança do que ocorrera em reunião da Câmara, a CDU não obstaria à aprovação da revisão orçamental, salientando o consenso alcançado. Manifestou, contudo, preocupação com a existência de cerca de dois milhões de euros, ainda, por definir, questionando se tal poderia implicar a não execução de alguma obra ou eventual recurso a endividamento.

O **eleito Pedro Gonçalves**, do Grupo Municipal do CDS-PP, considerou que a revisão representava um exercício de responsabilidade financeira, assente na existência de saldo de gerência e na definição de prioridades ajustadas à realidade vivida, designadamente, após as intempéries. Valorizou o reforço das verbas para Proteção Civil, habitação e manutenção de infraestruturas, entendendo tratar-se de decisões prudentes e estratégicas. Destacou igualmente o consenso político alcançado, considerando-o sinal de maturidade democrática.

O **eleito Carlos Henriques**, do Grupo Municipal do PS, questionou o ponto de situação da candidatura apresentada à Entidade Regional de Turismo do Ribatejo e Alentejo para apoio ao Festival do Arroz, solicitando esclarecimento sobre a eventual anulação da candidatura face à decisão de não realizar o evento no presente ano.

Por sua vez, o **eleito Ricardo Oliveira**, do Grupo Municipal do PSD, registou como positivo o consenso obtido na Câmara Municipal relativamente à revisão orçamental, entendendo que tal demonstrava funcionamento saudável da democracia local. Manifestou o seu apoio às decisões recentemente assumidas pela sra. Presidente da Câmara, considerando que estas revelavam responsabilidade e preocupação com os interesses da população, como sendo a decisão de não realizar o festival no corrente ano, considerando tratar-se de uma opção de gestão responsável, ao privilegiar o investimento em áreas estruturais e prioritárias para o concelho, tal como o reforço dos meios do Serviço Municipal de Proteção Civil.

Sustentou que, apesar de anteriormente existir a perceção de que a Proteção Civil do concelho de Benavente era um exemplo a nível regional e nacional, se verificava que tal reconhecimento resultava sobretudo da qualidade e dedicação dos recursos humanos — nomeadamente bombeiros, militares da GNR e funcionários da autarquia — e não da existência de meios logísticos adequados. Considerou, por isso, que a capacidade operacional existente era manifestamente insuficiente para responder a situações de maior gravidade.

Referiu, a título de exemplo, episódios ocorridos durante recentes intempéries, salientando que, num cenário de catástrofe mais grave, como um sismo, as consequências poderiam ser muito mais severas. Questionou a razoabilidade de determinadas situações que, segundo afirmou, se tinham verificado até então, como o facto de o Presidente da Junta da freguesia de Samora Correia ter de se deslocar à sede da Proteção Civil para levantar um rádio SIRESP ou trocar baterias, evidenciando, na sua perspetiva, a fragilidade da articulação e dos meios disponíveis. Acrescentou que existiam lacunas importantes, nomeadamente a ausência de geradores que permitissem assegurar o funcionamento de infraestruturas essenciais, como estações elevatórias ou depósitos de água, recordando que outros municípios tinham tomado medidas preventivas após ocorrências semelhantes.

Defendeu, por isso, a necessidade de reforçar o investimento na Proteção Civil, de modo a garantir que as populações se sentissem mais seguras, sublinhando que, embora existisse qualidade humana no serviço,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

era indispensável dotá-lo de meios adequados. Referiu igualmente a situação da freguesia de Santo Estêvão, que, em caso de catástrofe, poderia ficar isolada, não dispondo localmente de bombeiros nem de forças de segurança, o que tornava ainda mais relevante a existência de equipamentos e meios de apoio, como geradores, para assegurar a resposta inicial e a comunicação com o restante município.

Considerou que era preferível abdicar temporariamente da realização do festival para canalizar recursos para áreas prioritárias, como o reforço da Proteção Civil, a reparação de telhados de escolas e a recuperação de infraestruturas municipais e vias danificadas. Nesse contexto, agradeceu à Presidente da Câmara a coragem demonstrada na tomada dessas decisões e manifestou o apoio do seu grupo político.

Acrescentou que a revisão orçamental demonstrava também o empenho do Município na resolução de problemas estruturais e antigos, defendendo a necessidade de acelerar diversos processos. Referiu, em particular, a situação da Escola Secundária de Samora Correia, afirmando que, no mandato anterior, tinha alertado para a inexistência de um projeto para aquela infraestrutura, situação que teria sido negada pelo então Presidente da Câmara. Segundo afirmou, verificava-se agora que, além de não existir projeto, a situação era mais grave do que se pensava, o que impedia a apresentação atempada de candidaturas a financiamento, nomeadamente ao Banco Europeu de Investimento. Explicou que, para que fosse possível avançar com uma candidatura, era necessário dispor previamente de um projeto, razão pela qual tinha sido necessário lançar recentemente um concurso para a sua elaboração.

Referiu ainda que existiam outros dossiês relevantes, como o da habitação, que considerou ter sido deixado num estado problemático pelo anterior executivo liderado pela CDU. Recordou que tinham sido anunciados investimentos significativos nesta área, que, no seu entendimento, não se concretizaram, afirmando que eventuais responsabilidades por essa situação não deveriam ser imputadas ao atual executivo.

Defendeu que o Município se encontrava agora num processo de correção de rumo, com decisões que visavam resolver problemas acumulados, destacando igualmente medidas de valorização dos trabalhadores municipais. Nesse âmbito, referiu a atribuição do subsídio de turno aos trabalhadores do estaleiro responsáveis pela recolha de resíduos, sublinhando que essa medida não tinha sido implementada durante os anteriores 46 anos de governação municipal pela CDU. Considerou tratar-se de um exemplo de pequenas mudanças que demonstravam a importância da atual mudança política no Município.

Concluiu afirmando que essas decisões representavam passos importantes para melhorar a vida das populações e reiterou o apoio ao executivo municipal.

Não havendo mais inscrições, o sr. Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à sra. Presidente da Câmara Municipal para responder às questões suscitadas.

A sra. Presidente da Câmara Municipal esclareceu que algumas das opções refletidas na revisão orçamental resultavam de acontecimentos recentes e do agravamento do estado de determinados equipamentos municipais, explicando que, caso a revisão tivesse ocorrido no início de janeiro, as escolhas poderiam ter sido diferentes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Relativamente ao festival, informou que tinha sido apresentada uma candidatura à entidade de turismo competente, numa fase em que ainda não existia uma avaliação final dos prejuízos causados pelas intempéries. Explicou que, não se realizando o festival, essa candidatura deixaria naturalmente de produzir efeitos.

Posteriormente, o eleito **Carlos Henriques** solicitou a palavra para referir que, caso a candidatura ao financiamento tivesse sido aprovada, o festival poderia ter sido realizado com custos significativamente inferiores aos anteriormente suportados pelo município, estimando que o apoio poderia atingir cerca de 80% do valor orçamentado, o que reduziria substancialmente a despesa municipal. Reconheceu, contudo, que se tratava de uma opção política de gestão dos recursos disponíveis.

A **sra. Presidente da Câmara Municipal** observou que se tratava, de facto, de opções de gestão e de prioridades políticas relativamente à aplicação dos recursos financeiros do Município.

Concluído o debate, procedeu-se à votação do **Ponto 3**, tendo sido deliberado **aprovar, por maioria, a PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2026**, com dezanove votos a favor, sendo nove do PSD, um do CDS, seis da CDU e três do PS e seis abstenções do CHEGA.

PONTO 4 – INFORMAÇÃO A PRESTAR NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MESMO EFEITO – A conhecimento:

O **sr. Presidente da Assembleia Municipal** transmitiu que se tratava de um ponto de conhecimento, decorrente de imperativo legal, não estando sujeito a votação. Questionou se algum eleito pretendia usar da palavra, não se tendo registado intervenções.

PONTO 5 – ACOMPANHAMENTO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL – Apreciação de uma informação escrita da **Sra. Presidente da Câmara Municipal** acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/9, na redação vigente:

Para apresentação do ponto, o **sr. Presidente da Assembleia** concedeu a palavra à **sra. Presidente da Câmara Municipal**, que informou que o Relatório em apreciação tinha sido previamente distribuído aos membros da Assembleia e manifestou disponibilidade para prestar os esclarecimentos que fossem solicitados.

Usou, então, da palavra o eleito **Bruno Nepomuceno**, do Grupo Municipal do CHEGA, que começou por referir as **recentes intempéries** que afetaram o país e também o concelho. Questionou de que forma os municípios poderiam aceder a apoios financeiros destinados à recuperação de danos e à compensação de prejuízos sofridos por particulares, referindo instrumentos de financiamento existentes, como o PRR. Perguntou, ainda, se estava prevista a criação de estruturas ou gabinetes que assegurassem a articulação com a Administração Central, de forma a facilitar o acesso aos apoios e a apoiar os cidadãos afetados no processo de candidatura e obtenção desses subsídios.

Seguidamente, interveio o eleito **Paulo Reis**, do Grupo Municipal da CDU, que colocou algumas questões relacionadas com a atividade municipal. Em primeiro lugar, recordou a situação da marcação rodoviária no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

troço da **Estrada Nacional 118**, cuja execução tinha sido interrompida, solicitando que o município reforçasse junto da **Infraestruturas de Portugal** a necessidade de conclusão desses trabalhos, por razões de segurança rodoviária.

Em segundo lugar, referiu a existência de diversas empreitadas de **repavimentação e construção de passadeiras elevadas** adjudicadas desde o mês de outubro em diferentes localidades do concelho, nomeadamente em Benavente, Santo Estêvão e Samora Correia, questionando a razão pela qual esses trabalhos ainda não tinham sido iniciados.

Por último, solicitou à sra. Presidente da Câmara informação sobre a **estimativa atual dos prejuízos provocados pelas recentes intempéries no concelho**, perguntando se já existia algum valor apurado. Pediu ainda que o eventual relatório ou a documentação já remetida à **CCDR-LVT** fosse também enviada às diferentes bancadas da Assembleia Municipal, de forma a permitir um conhecimento mais aprofundado da situação.

De seguida, usou da palavra o eleito **Augusto Marques**, do Grupo Municipal do Chega, que chamou a atenção do Executivo Municipal para a situação de um **terreno localizado junto ao cemitério e ao Centro Cultural de Samora Correia**. Referiu que o espaço, embora pertencente ao domínio público, se encontrava atualmente sem pavimentação e era utilizado de forma informal como zona de estacionamento, sobretudo durante eventos realizados no Centro Cultural e durante o mercado mensal.

Considerou que essa utilização ocorria em condições pouco adequadas, sem organização nem infraestruturas de apoio, e propôs que a autarquia ponderasse a pavimentação do local e a criação de uma infraestrutura organizada, que pudesse incluir uma bolsa de estacionamento estruturada, sanitários públicos e iluminação adequada. Na sua perspetiva, uma intervenção dessa natureza melhoraria as condições de realização do mercado mensal e de outros eventos com grande afluência, como as tradicionais tasquinhas, contribuindo para valorizar aquele espaço e melhorar as condições de utilização pela comunidade.

Posteriormente, interveio a eleita **Marta Salsinha**, do Grupo Municipal do Partido Socialista, que começou por associar-se aos agradecimentos dirigidos ao Executivo Municipal, às Juntas de Freguesia, à Proteção Civil, à GNR e aos Bombeiros Voluntários de Benavente e de Samora Correia, pelo trabalho desenvolvido no apoio às populações durante as recentes intempéries.

Congratulou também o Executivo pelo facto de o Município de Benavente ter sido incluído no conjunto de Municípios abrangidos por medidas excecionais de apoio, destinadas a responder à situação de calamidade registada no concelho.

No seguimento desse tema, referiu a **Lei de Bases do Clima**, questionando a sra. Presidente da Câmara sobre o ponto de situação da sua implementação no concelho. Explicou que esta legislação prevê a elaboração de planos municipais de ação climática, incluindo planos de evacuação e a identificação de infraestruturas que necessitem de adaptação ou reconversão face às **alterações climáticas**. Considerou que a implementação destas medidas era fundamental para prevenir e mitigar futuras situações de risco.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Apresentou ainda uma sugestão no âmbito da promoção turística do concelho, propondo que o **Bolo Branco da Barrosa** fosse divulgado na BTL e em futuras edições do festival municipal, por se tratar de um produto local com valor cultural e gastronómico.

Por fim, recordou uma questão que tinha colocado numa reunião anterior, relativa à **falta de mesas e cadeiras em duas das quatro salas da Escola Primária de Santo Estêvão**. Referiu que, na altura, lhe tinha sido indicado que o problema seria resolvido até ao final do ano, mas que a situação se mantinha, solicitando, por isso, uma solução urgente.

A seguir, usou da palavra a eleita **Catarina Mestre**, do Grupo Municipal do Chega, que abordou a situação do **Agrupamento de Escolas de Samora Correia**, referindo as previsões que apontam para o aumento do número de alunos no próximo ano letivo. Questionou de que forma o Município tencionava resolver a insuficiência de salas existentes, sublinhando a necessidade de garantir condições adequadas de funcionamento.

Referiu, também, que a legislação determina a existência de bibliotecas nas escolas do primeiro ciclo, questionando como seria compatibilizada essa exigência legal com as atuais limitações de espaço. Acrescentou, ainda, que existiam constrangimentos operacionais nas escolas, designadamente a insuficiência e frequentes avarias das máquinas de reprografia, bem como limitações no sistema interno de comunicação e organização administrativa. Questionou, por isso, quais as medidas previstas para garantir condições adequadas de funcionamento e o cumprimento das obrigações legais.

Por último, interveio o eleito **André Porta**, do Grupo Municipal do Partido Socialista, que transmitiu uma questão colocada por um munícipe que utiliza regularmente a **estrada rural entre a Reta do Cabo e Benavente** para se deslocar para o concelho de Vila Franca de Xira. Referiu que, do lado daquele Município, já tinham sido retiradas as barreiras e a sinalização de estrada encerrada, enquanto do lado de Benavente essa sinalização se mantinha, questionando se existia algum motivo para essa situação ou se poderia tratar-se de um lapso.

O sr. Presidente da Assembleia Municipal concedeu então a palavra à sra. Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas.

A **sra. Presidente da Câmara Municipal** começou por esclarecer que, relativamente aos apoios destinados aos cidadãos afetados pelas intempéries, a **CCDR-LVT** tinha disponibilizado um apoio até 10 mil euros por situação, sendo que parte desse montante era de atribuição praticamente automática, enquanto o restante dependia da apresentação de documentação adicional. Informou que a Câmara Municipal, em articulação com as Juntas de Freguesia e os serviços de ação social, estava a apoiar os munícipes no acesso a essas medidas, prestando informação e auxílio no preenchimento da documentação necessária.

Relativamente a eventuais apoios no âmbito do **PTRR- Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência**, referiu que o Município aguardava orientações mais concretas para poder divulgar e operacionalizar essas medidas junto da população.

Acrescentou que, numa estimativa preliminar, os prejuízos provocados pelas intempéries no concelho poderiam ascender a cerca de **sete milhões de euros**, embora esse valor ainda não fosse definitivo, uma vez



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

que continuavam a ser apurados danos adicionais à medida que se restabelecia a normalidade nas diferentes freguesias.

No que respeita à **Estrada Nacional 118**, informou que o Município tinha solicitado por diversas vezes à **Infraestruturas de Portugal** a conclusão dos trabalhos de marcação rodoviária. Explicou que os trabalhos tinham sido iniciados em dezembro, mas foram interrompidos devido às condições meteorológicas e que voltaria a abordar a questão numa reunião prevista com aquela entidade, dada a perigosidade de alguns troços atualmente sem marcação.

Relativamente ao **terreno referido junto ao Centro Cultural de Samora Correia**, esclareceu que aquele espaço tinha sido identificado para a eventual instalação de uma creche no âmbito de uma candidatura apresentada pela instituição Padre Tobias. Caso o projeto avance, o terreno ficará parcialmente ocupado, reduzindo significativamente a área disponível. Referiu que estava a ser equacionada uma intervenção para o espaço remanescente, incluindo zonas arborizadas e estacionamento. Salientou, contudo, que essa redução do espaço inviabilizaria a utilização do local para determinados eventos, uma vez que o terreno ficaria praticamente dividido.

Em relação às **escolas**, informou que, logo no início do mandato, o executivo tinha recebido das direções escolares a indicação das necessidades previstas para o próximo ano letivo. Nesse sentido, estavam a ser contratados monoblocos para instalação de três salas na Escola das Acácias, em Samora Correia, bem como dois monoblocos adicionais e uma biblioteca, em conformidade com as orientações do Ministério da Educação.

Acrescentou ainda que a **Escola João Fernandes Pratas, em Samora Correia**, estava a ser dotada de uma área destinada ao ensino da música, sendo igualmente necessário recorrer à instalação de monoblocos para assegurar essa oferta educativa. Sublinhou que o Município mantinha total disponibilidade para colaborar com a comunidade escolar e melhorar as condições existentes, considerando fundamental garantir boas condições de aprendizagem para alunos, professores e funcionários.

Quanto à questão da **estrada de campo entre a Reta do Cabo e Benavente**, referiu que iria verificar a situação junto das entidades competentes, salientando que se tratava de uma via frequentemente afetada por danos e que, em regra, era das primeiras a ser interditada quando existiam problemas de segurança. Indicou que seria avaliado se as condições atuais permitiam a circulação.

Relativamente à **aplicação da legislação**, referiu que o Executivo Municipal estava empenhado em assegurar o cumprimento de diversas normas que, segundo afirmou, anteriormente, eram muitas vezes ignoradas ou contornadas, reconhecendo, contudo, que ainda existia um caminho significativo a percorrer nesse domínio.

No que respeita à sugestão apresentada sobre a promoção do **Bolo Branco, da Barrosa**, informou que esse produto já se encontrava representado na **Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL)**, integrando a divulgação da freguesia da Barrosa naquele certame.

Concluídos os esclarecimentos por parte da sra. Presidente da Câmara Municipal, o sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrado O PERÍODO DA ORDEM DO DIA e concedeu a palavra à sra. Primeira Secretária da Mesa, Cristina Branco, para proceder à leitura da MINUTA DA ATA da sessão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Lida a Minuta da Ata, foi a mesma submetida a votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade**, constituindo o **Anexo número dois** à presente ata, da qual faz parte integrante.

Nada mais havendo a tratar, o **sr. Presidente da Assembleia Municipal** despediu-se agradecendo a presença dos participantes, desejando, igualmente, uma boa noite a todos. Deu por encerrada a sessão pelas vinte e três horas e cinquenta minutos, da qual para constar e para os demais efeitos, se lavrou a presente ata, que foi apreciada e votada na sessão ordinária subsequente, realizada no dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e seis, tendo sido aprovada, por unanimidade, após o que foi rubricada e assinada por todos os membros da Mesa da Assembleia Municipal e por mim, Maria Clara C. Parracho, S. Lourenço, coordenadora técnica designada para lavrar as atas, que a elaborei e subscrevi.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Benavente

Luís Miguel Neves Feitor

A Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Benavente

Cristina Maria de Carvalho Borges Silva Branco

O Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Benavente

Armando Batista de Almeida

A Coordenadora técnica

Maria Clara Casanova Parracho Silva Lourenço

ANEXO ①

VOTO DE SAUDAÇÃO

Ao Serviço Municipal de Proteção Civil de Benavente

Resultado da votação:
25 votos, a favor
Aprovada por unanimidade.
A 1.ª Secretária da
A.M.B.

[Handwritten signature]

26.02.2016

Na sequência do recente conjunto de tempestades que assolou o nosso País e que afetou de forma particularmente intensa a nossa região e o nosso concelho, os Grupos Municipais do PSD e do CDS/PP vêm apresentar à Assembleia Municipal de Benavente o presente Voto de Saudação.

Os fenómenos meteorológicos extremos colocaram à prova a capacidade de resposta das nossas instituições e da nossa comunidade. Perante adversidades exigentes, o concelho de Benavente demonstrou, uma vez mais, a força da sua organização, a competência dos seus profissionais e o sentido cívico da sua população.

Os eleitos da AD - Coligação PSD/CDS, saúdam, de forma muito reconhecida, os homens e mulheres do Serviço Municipal de Proteção Civil: os nossos Bombeiros Voluntários de Benavente e Samora Correia, a Guarda Nacional Republicana e todos os funcionários das autarquias, que, com enorme dedicação, profissionalismo e espírito de missão, estiveram na linha da frente, garantindo a segurança de pessoas e bens, prevenindo riscos e respondendo prontamente às diversas ocorrências registadas.

Saudamos igualmente os diversos autarcas, municipais e de freguesia, na pessoa da *Senhora Presidente da Câmara Municipal de Benavente, Sónia Ferreira*, pela coordenação, sentido de responsabilidade e firmeza nas decisões tomadas, mesmo quando estas implicaram opções difíceis, sempre colocando em primeiro lugar a salvaguarda da vida humana e do interesse público.

Uma palavra de reconhecimento é também devida aos funcionários e equipas das empresas responsáveis pelas redes de fornecimento de energia elétrica, comunicações e abastecimento de água, que, em condições particularmente adversas, trabalharam incansavelmente para repor a normalidade e minimizar os constrangimentos sentidos pelas populações.

Os Grupos Municipais do PSD e do CDS saúdam ainda a população do concelho de Benavente pela forma responsável como colaborou nas ações de prevenção, respeitou os avisos das autoridades e cumpriu as interdições determinadas, contribuindo decisivamente para que, no nosso concelho, não se tenha registado qualquer vítima mortal.

Num tempo em que os desafios climáticos se tornam cada vez mais exigentes, importa reconhecer publicamente todos aqueles que, com sentido de dever e espírito de comunidade, contribuíram para proteger o nosso território e as nossas gentes.

Assim, a Assembleia Municipal de Benavente, reunida em sessão ordinária no dia 26 de fevereiro de 2026, delibera aprovar o presente Voto de Saudação, que deverá ser remetido a todas as entidades mencionadas.

Benavente, 25 de fevereiro de 2026

Os Grupos Municipais do PSD e do CDS/PP



Handwritten signatures of the members of the Municipal Groups of PSD and CDS/PP, including names like Paulo Jesus, António, and others.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE
1.ª Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2026 - Mandato 2025 – 2029

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Hora de início: 20:32 horas

Hora de termo: 23:50 horas

NÚMERO DE PRESENCAS: 25 eleitos

PPD/PSD: Luís Miguel Neves Feitor, Cristina Maria de Carvalho Borges Silva Branco, Armando Batista de Almeida, Rui Carlos Carvalho Feijoca e Daniel Alexandre Custódio Manuel.

CHEGA: José Frederico Abecassis Dotti, Catarina Correia Mestre, Cristina Isabel Gonçalves Vicente Brandão, Bruno Manuel Soares Nepomuceno, Paula Cristina da Costa Abrantes Almeida e Augusto Alves Marques.

CDU: António Paulo Ramos dos Reis, Rogério da Silva Justino, Ana Sofia Pinheiro Ferreira Pederneira, Joaquim José Pereira Madruga e Joaquim Correia Castanheiro.

PS: André Filipe Martins Porto, Marta Isabel Salsinha Rita e Carlos Luís Lopes Henriques.

Presidentes das Juntas de Freguesia: de Benavente: Ivete Belo Mateus; de Samora Correia: Jorge Manuel da Silva Paiva; de Santo Estevão: Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, todos do PSD; e da Barrosa: Nelson José Pedro Lúcio, da CDU

FALTAS: Justificaram as ausências os eleitos Miguel de Oliveira Gonçalves, do Grupo Municipal do PSD, que foi substituído por Paulo Jorge Cardoso das Neves e Inês Alexandra David da Silva Bastos, representante única do CDS/PP, que foi substituída por Pedro Miguel Faria Gonçalves

OBSERVAÇÕES: Compareceram também a esta sessão a sra. Presidente da Câmara Municipal, Sónia Patrícia da Ferreira Quintino e os srs. Vereadores Paulo Sérgio Correia Abreu, ambos do PSD, Frederico Jorge de Barros Pereira Antunes e Paulo Alexandre Fonseca Cardoso, ambos do CHEGA, Hélio Manuel Faria Justino e Fátima Catarina Gândara Gonçalves Costa Pinheiro Vale, ambos da CDU e Pedro Alexandre Santos Gameiro, do PS.

O eleito, José Dotti, entrou na sessão às 20:54h.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:

Fazal Ahmad;

Marisa Sousa;

Francisco Ambrósio;

Nelson Lopes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE
1.ª Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2026 - Mandato 2025 – 2029

[Handwritten signatures and initials]

PONTO N.º 1	PONTO 1 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ALARGADA DA CPCJ-COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE BENAVENTE - PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DE 4 CIDADÃOS ELEITORES – Nos termos da alínea l) do n.º 1 do artigo 17.º do anexo à Lei n.º 147/99, de 1/9:				
APROVAR	<input checked="" type="checkbox"/>		FAVOR	25	
NÃO APROVAR		UNANIMIDADE	<input checked="" type="checkbox"/>	CONTRA	0
RATIFICAR		MAIORIA		ABSTENÇÃO	0
RETIRAR DA OT				QUALIDADE	

Foi apresentada uma única lista, designada por “**Lista A**”, constituída pelos seguintes elementos:

1. **Ana Paula Oliveira (AD);**
2. **Ana Sofia Pederneira (CDU);**
3. **André Porto (PS);**
4. **Cátia Colaço (CHEGA).**

Depois de submetida a votação, por escrutínio secreto, foi apurado o seguinte resultado:

- **Lista A: 25 votos;**
- **Votos brancos: 0 votos;**
- **Votos nulos: 0 votos.**

Na sequência, a **Lista A** foi aprovada, por unanimidade, tendo sido deliberado designar os cidadãos **Ana Paula Oliveira, Ana Sofia Pederneira, André Porto e Cátia Colaço** para integrarem a **Comissão Alargada da CPCJ-Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Benavente**.

Intervenção dos eleitos da Assembleia Municipal: Não houve.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

1.ª Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2026 - Mandato 2025 – 2029

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

PONTO N.º 2	PONTO 2 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DOS MAPAS DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA E DOMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL DE 2025 – Apreciação e eventual aprovação, nos termos do disposto no artigo 124.º da Lei do Orçamento de Estado para 2026 (Lei n.º 73.º-A/2025, de 30 de dezembro), em conjugação com a alínea k) do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/9, na redação vigente:					
	APROVAR	X		FAVOR	25	
	NÃO APROVAR		UNANIMIDADE	X	CONTRA	0
	RATIFICAR		MAIORIA		ABSTENÇÃO	0
	RETIRAR DA OT				QUALIDADE	

DELIBERADO APROVAR, POR UNANIMIDADE, OS MAPAS DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA E DOMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL DE 2025.

Intervenção dos eleitos da Assembleia Municipal: Não houve.

Por parte do Executivo Municipal, usou da palavra a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Benavente, Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

1.ª Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2026 - Mandato 2025 – 2029

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

PONTO N.º 3	PONTO 3 – 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2026 – Discussão e eventual aprovação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/9, na redação vigente:				
APROVAR	X		FAVOR	19	9 PSD, 1 CDS, 6 CDU, 3 PS.
NÃO APROVAR		UNANIMIDADE	CONTRA	0	
RATIFICAR		MAIORIA	X	ABSTENÇÃO	6 CHEGA.
RETIRAR DA OT			QUALIDADE		

DELIBERADO APROVAR, POR MAIORIA, A PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2026.

Intervenção dos eleitos da Assembleia Municipal:

Paulo Reis;

Pedro Gonçalves;

Carlos Henriques;

Ricardo Oliveira.

Por parte do Executivo Municipal, usou da palavra a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Benavente, Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

1.ª Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2026 - Mandato 2025 – 2029

APROVAÇÃO EM MINUTA

APROVAR	X		FAVOR	25	
NÃO APROVAR		UNANIMIDADE	X	CONTRA	0
RATIFICAR		MAIORIA		ABSTENÇÃO	0
RETIRAR DA OT				QUALIDADE	

Aprovadas, por UNANIMIDADE, em MINUTA, as deliberações, podendo as mesmas adquirir a eficácia legalmente prevista, conforme o disposto nos artigos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A presente Minuta, depois de lida em voz alta, foi aprovada e vai ser devidamente assinada e as suas folhas, em número de cinco, rubricadas pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Luís Miguel Neves Feitor, pela Primeira-Secretária, Cristina Maria de Carvalho Borges Silva Branco, pelo Segundo-Secretário, Armando Batista de Almeida e por Maria Clara Casanova Parracho da Silva Lourenço, Coordenadora Técnica do Município de Benavente.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

-Luís Miguel Neves Feitor-

A Primeira-Secretária da Mesa,

-Cristina Maria de Carvalho Borges Silva Branco-

O Segundo-Secretário da Mesa,

-Armando Batista de Almeida-

A Coordenadora Técnica,

-Maria Clara C. Parracho S. Lourenço-